

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E CABO VERDE NO SETOR
DA EDUCAÇÃO NOS MANDATOS DO PRESIDENTE LUÍZ INÁCIO LULA DA
SILVA (2003-2010).**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

LOIDE EVELINE GONÇALVES BORGES

Santa Maria, RS, Brasil

2013

**PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E CABO VERDE NO SETOR
DA EDUCAÇÃO NOS MANDATOS DO PRESIDENTE LUÍZ INÁCIO LULA DA
SILVA (2003-2010)**

LOIDE EVELINE GONÇALVES BORGES

Artigo apresentado ao curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Sociais**.

Orientador: Professor Dr. Reginaldo Teixeira Perez

Santa Maria, RS, Brasil

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o trabalho de conclusão de curso

**PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E CABO VERDE NO SETOR
DA EDUCAÇÃO NOS MANDATOS DO GOVERNO LUÍZ INÁCIO LULA DA
SILVA (2003-2010)**

Elaborada por

Loide Eveline Gonçalves Borges

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Ciências Sociais

COMISSÃO EXAMINADORA

Dr. Reginaldo Teixeira Perez (Orientador)

Dr. Paulino Varela Tavares (Inst. Federal Farroupilha)

Dr. Gustavo André Aveline Muller (UFSM)

DEDICATÓRIA

Dedidico este trabalho aos meus queridos pais, MARIA ISABEL GONÇALVES ANDRADE BORGES e ANTÓNIO PEDRO BORGES MORENO, e a minha avó MARIA LOPES GONÇALVES por tudo que eles fizeram e continuam fazendo por mim até hoje. Amo-vos muito.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela vida e saúde;

Aos meus pais, Maria Isabel Gonçalves Andrade Borges e António Pedro Borges Moreno pela possibilidade que me deram de ter estudado e de ter chegado até aqui, sem vocês eu não teria vencido essa etapa na minha vida.

Aos meus irmãos Neusa, Karine, Leonela e Aldair Borges, um muito obrigado pela força, vocês são tudo pra mim.

As minhas amigas conterâneas Ana Júlia Veiga e Cláudia Ribeiro e as brasileiras Marília, Valesca, Daniele, Diessica, Patrícia, Silvana pela força e pelas palavras encorajadoras ; jamais esquecerei de vocês. E aos meus amigos de Cabo Verde Cláudio Barros, Edson Carvalho e Ozias Barros pela força, pelo carinho, e pelas companhias via internet.

Aos meus colegas de turma pelas risadas e animações nas aulas, lembrarei de vocês com muito carinho.

Aos meus professores pelos conhecimentos transmitidos durante esta etapa.

Ao meu orientador Prof. Dr. Reginaldo Perez pela paciência, crítica e sugestão durante a realização deste trabalho.

Ao professor Paulino Tavares, pela ajuda e pelas sugestões.

A UFSM e ao Curso de Ciências Sociais pela oportunidade de frequentar este curso.

Ao Governo de Cabo Verde, pela oportunidade oferecida a inúmeros estudantes que saem do país em busca de uma qualificação e realização de um sonho; e ao Governo do Brasil, por nos possibilitar entrar no país e desfrutar do ensino e do vosso conhecimento.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo, apresentar os programas de cooperação existente entre Brasil e Cabo Verde (África Ocidental) no setor da educação, durante os dois mandatos do Presidente Luíz Inácio Lula da Silva¹ (2003-2010). É por meio, das relações internacionais que hoje fomentam partilhas de amizades, políticas de cooperações, envolvendo diversos países. Com isso, eliminam-se barreiras e abrem-se as portas para trocas comerciais, financeiras e institucionais, promovendo a solidariedade e o intercâmbio sobre diversos âmbitos. Cabo Verde, após a sua independência em 05 de Julho de 1975 começou a participar nos diversos acordos internacionais, como forma estratégica de sobrevivência e superação dos diversos estrangulamentos endógenas da economia nacional. O Brasil é um dos imprescindíveis parceiros do desenvolvimento do arquipélago de Cabo Verde. A Educação foi, e continua sendo, uma área de destaque. Por isso, os Programas de Estudante Convênio Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), são relevantes na esfera de cooperação Brasil e Cabo Verde. Assim, chegou-se a conclusão de que todos os programas/projetos cumpriram com os objetivos traçados, tanto que alguns permanecem até hoje, o caso, dos programas PEC-G, PEC-PG e o PLLN.

Palavras- Chaves: Cooperação Internacional, Educação, Cabo Verde, Brasil.

ABSTRACT

This work aims to present, programs of cooperation between Brazil and Cape Verde (Africa), in the education sector, on the two terms of President Luíz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Due to strong international relations between different countries, it is possible to strengthen friendship and develop co-operation with different countries. It helps in eliminate barriers, opening doors for institutional and financial trade, promoting solidarity and exchanging personals and services in different fields. Cape Verde, after independence on July 5, 1975, began to participate in different international agreements which were important for its strategy survival and overcoming different challenges in the national economy. Brazil is one of the prominent partners in the development of Cape Verde Islands. For the growth and development of the country, education is an important factor. In this context, Brazil and Cape Verde have different programs for graduate and post-graduate student agreements, (PEC-G) and (PEC- PG) respectively. On conclusion, all programs/projects reached the outlines (objectives), which is evident from the fact that many of them, includim PEC-G, PEC-PG and PLLN, are still active till today.

¹ Mais conhecido por “Lula”. Foi eleito Presidente da República em 2002 e reelegeu-se para um segundo mandato em 2006.

Key works: International cooperation, Education, Cape Verde, Brazil.

SUMÁRIO

Introdução.....	3
2. Breve história da África.....	3
3. Cabo Verde	7
4. Relações Históricas entre Brasil e Cabo Verde	13
5. Política Africana do Governo Lula para o continente Africano.....	14
6. O Brasil e a CPLP.....	16
7. Os programas/projetos de cooperação no setor da Educação.....	18
Considerações finais.....	29
Sites consultados.....	31

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se na área de estudos denominada Ciências Políticas, mais especificamente nos parâmetros das Relações Internacionais, o que têm promovido relações entre povos, nações e empresas nas áreas de política, econômica, social, militar, cultural, comercial e do Direito. Por estas vias, a política externa emana o favorecimento nas relações bilateral, multilateral e trilateral entre os diversos países no contexto global. Essas relações veem se multiplicando a medida que novas demandas e novos avanços se fazem necessários, especialmente no momento em que as forças institucionais procuram, caminhos para semear a paz global, esta tão desejada por todos. Nesse ambiente da procura pela paz, cooperação institucional e desenvolvimento econômico e social, o Brasil se sobressai. É nesse contexto histórico que, Brasil e o continente africano se destacam em termos de cooperação. Os laços históricos são datados da época colonial e do tráfico internacional de escravos africanos para a América.

O Brasil é um dos principais parceiros de Cabo Verde. Os dois países possuem acordos tais como: comércio, cultura, educação, ciência e tecnologia, entre outros. A educação é um dos setores que o governo de Cabo Verde tem apostado para superar o atraso econômico e social e institucional do país.

Nesse trabalho, além da introdução pretender-se-á organizar os itens da seguinte forma: ponto dois, uma breve história da África; ponto três, esboçar um pouco sobre Cabo Verde, destacando não só as limitações estruturais e econômicas, mas também as suas potencialidades; ponto quatro, as relações históricas entre Brasil e Cabo Verde; ponto cinco, a política externa do governo “Lula” (2003-2010), para o continente africano; ponto seis; o Brasil e a CPLP, ponto sete; os programas de cooperação no setor da Educação; ponto oito, considerações finais; e por fim as bibliografias e os sites consultados.

2.HISTÓRIA DA ÁFRICA

Foi na África, que apareceram os primeiros vestígios humanos há cerca de 160 mil anos atrás. Com isso, foi considerada a Berço da Humanidade e a pioneira por diversos motivos dentre as quais a evolução da espécie; as estratégias adotadas ao sistema agrícola durante muito tempo foram móveis devido ao fracasso das colheitas. Destaca-se, também, o aparecimento e aperfeiçoamento dos utensílios de caça, o aparecimento do fogo, a evolução do homem enquanto ser, a busca pela sobrevivência, e a melhoria das condições de vida (habitação, tecnologia, alimentação, etc.).

Por estas vias, a Revolução Neolítica² impulsionou transformações e mudanças no modo de viver do homem, que deixou de viver em bandos e passou a viver em núcleos cada vez maiores e estáveis, situados mais perto de fontes de águas. A origem da agricultura e da criação de animais, durante o século VII, também impulsionaram mudanças, com o uso de técnicas para a produção de alimentos e para afastar os animais do meio natural e começar o processo de domesticação.

A África é um continente rico em recursos minerais, sendo que uma das principais atividades econômicas é a exploração de grandes jazidas de carvão, reservas de petróleo e de gás natural, bem como ouro, diamantes, cobre, bauxita, manganês, níquel, lítio, titânio e fosfato (Vizentini, Ribeiro e Pereira;2007,pag. 17). A segunda é a agricultura, praticada de três formas específicas de subsistência, diferentemente do cultivo de produtos tropicais como o café, o cacau, a borracha, cana-de-açúcar, algodão, amendoim e azeite de dendê.

Atualmente, o número da população africana ronda os 925 milhões de habitantes sendo esta irregular (Vizentini, Ribeiro e Pereira, 2007,pág. 19).Pois, o continente se encontra dividido em cerca de oitocentos (800) grupos étnicos, cada qual com a sua língua e cultura própria. Falam-se mais de mil línguas diferentes, além das dos países colonizadores. A maioria dos países, adotaram uma das línguas europeias dos colonizadores como línguas oficiais (português, francês, inglês). As línguas italianas e alemãs, também, são faladas por minorias na Namíbia e Camarões.

Alguns autores defendem que, antes das grandes navegações europeias chegarem, o continente já era conhecido dos europeus. Mas, os primeiros contatos surgiram por intermédio dos muçulmanos que realizavam trocas de mercadorias. Essas trocas foram importantes porque, atraíram os europeus em direção à costa do continente. Por isso, começou-se o processo de ocupação territorial de exploração econômica e de domínio econômico estratégico por parte das potências europeias no início do século XIV. A primeira fase de expansão europeia na África, surgiu pela necessidade de encontrar rotas alternativas para o oriente e novos mercados produtores e consumidores. A segunda fase, iniciou-se devido a uma crise que afetava a Europa no final do século XIV, o que fez com que eles sentissem a necessidade de se expandir a procura de especiarias e riquezas (metais preciosos).

O mercantilismo e o tráfico negreiro, sendo este fornecedor de mão-de-obra barata para o mundo, foram fatores de extrema importância que contribuiu para o fortalecimento da Europa, a grande metrópole

² Revolução Neolítica, expressão cunhada pelo arqueólogo inglês Gordon Childe (1892/1957), para designar a fase da evolução cultural em que se deu a passagem do homem “de parasita a sócio ativo da natureza”. Especificamente com os processos de, agricultura, domesticação de animais, revolução urbana e o comércio.

e centro do poder naquela época. Com isso, a formação de um sistema colonial, onde a exploração ultramarina vinculava-se fortemente ao acúmulo de riquezas e capitais tanto para a burguesia como para os monopolistas nas suas referidas metrópoles, são pontos importantes que, em geral, explicam não só a desestruturação, naquele período do continente africano, mas também da própria alimentação ao sistema capitalista selvagem, esta visava o acúmulo primitivo de capital e a dominação de toda a estrutura comercial e rede que envolvia o continente africano.

Mas, foi nos séculos XIV e XV, que os comerciantes Italianos viram-se bloqueados pelos Venezianos visto que, não possuíam barcos e experiências adequadas. Assim, coube aos portugueses a expansão marítima organizada de forma sistemática, que começou pela cidade de Ceuta, no norte da África em 1482. A partir disto, Portugal começou a lançar-se pelo mar a fora em busca de territórios sob o comando de reis. O processo de exploração portuguesa, avançou por diferentes etapas: a primeira etapa demorou aproximadamente quinze (15) anos (tempo necessário para ultrapassar o cabo bojador). A segunda etapa demorou dez (10) anos, foram necessários reunir forças e ultrapassar a costa saariana; por último, fez-se necessário um período mais amplo para que os navegadores portugueses compreendessem o valor dessas descobertas e suas reais possibilidades comerciais.

Em 1460, o capitão de D. Henrique atingiu a Serra Leoa e as Ilhas de Cabo Verde e no ano de 1497, Vasco da Gama foi enviado a uma viagem a Índia, passando assim pelo Cabo da Esperança e pela Costa Oriental da África. Após, a exploração sobre alguns territórios da África Vasco da Gama, volta a Lisboa e informa que seria viável desenvolver um poderio naval pela África e pelo Oceano Índico. Com isso, os portugueses obtiveram um poderio por muito tempo sobre o continente africano, servia este de um ponto estratégico, para que Portugal viabilizasse seus objetivos de controlo marítimo e comercial na região.³

Segundo Vizentini, Ribeiro e Pereira (2008), o envio de escravos para a América foi, sem dúvida, um dos maiores movimentos populacionais da história, antes da grande emigração europeia para as Américas. Os poucos dados, apontam para uma média anual de seis (6) mil ou sete (7) mil escravos transportados até a década de 1880. O tráfico transaariano, pode no total ter retirado da África quase nove (9) ou dez (10) milhões de escravos segundo dados.

³ Vários países da Europa como França, Holanda, Suécia, Dinamarca, Inglaterra, por volta do século XVIII, lutavam pelos territórios na Costa Ocidental da África.

2.1. A INDEPENDÊNCIA DOS PAÍSES ÁFRICANOS

A expansão europeia na África dividiu o continente em quatro potências; Grã- Bretanha, França, Bélgica e Portugal. A Segunda Guerra Mundial, afetou profundamente as metrópoles que se sentiram “obrigados a lançar mão dos recursos humanos e matérias de suas colônias” (Vizentini;2010) e deu-se início ao processo de libertação dos países da África. Primeiro, a maioria dos países tornaram-se independente da França e da Grã- Bretanha na década de 1960 “o ano africano”⁴. Portugal foi uma das metrópoles que resistiu a libertação das suas colônias (Angola, Moçambique) “testa de ferro”⁵. Após a independência, a maioria das colônias se encontrava numa situação “precária”, com imensos problemas, econômicas, geográficas (fronteiras artificiais); étnicos e que se confrontavam entre si.

Cabe salientar que, os processos de colonização e descolonização⁶, contribuíram para que houvesse a aproximação entre a África e o Brasil. A colonização trouxe a presença da cultura africana no Brasil e ficou, conforme Therezinha de Castro (1980, págs. 194 a 197), a festa, a religião, a língua, são heranças da cultura africana, e predominam, principalmente nas regiões do Estado de Nordeste.

...”Simplesmente a África veio ao Brasil para se abrigar. O azeite de dendê (o dendê de Angola) temperou a nossa comida; as palavras molambo, moleque, casula, quiabo (...) enriqueceram a língua portuguesa no Brasil. A África que aqui veio ficou. Tivemos aqui um processo de assimilação e miscigenação (...) simplesmente um brasileiro”. (in África (Geohistória, Geopolítica e relações internacionais); Therezinha de Castro 1980, págs. 196/197).

Nos Estados do Nordeste onde existe maior número de afro-descendentes, devido à quantidade de escravos recebidos e também pela migração interna dos mesmos nas regiões, em 2003 uma lei passou a exigir no ensino fundamental e médio que incluíssem no currículo escolar, o ensino da história e da cultura afro-brasileira.

⁴ O “ano africano”-1960, marcado pelo princípio de uma nova era em África. Surgem novos Estados independentes, novas elites políticas chegam ao poder, começou a ser desenhado diferentes equilíbrios regionais a medida que as potências coloniais deixavam o continente.

⁵ Termo utilizado na época colonial para designar Portugal, devido a resistência em conceder a independência a alguns países africanos como Moçambique e Angola.

⁶ Designa-se por um processo onde uma ou várias colônias recuperam ou adquirem a sua independência.

De destacar ainda, a conferência de Berlim⁷ ocorrido entre 1884 e 1885, em Berlim (Alemanha) com a participação de alguns países da Europa, que ocupavam os territórios na África. A conferência procurou regulamentar a competição das potências europeias em termos de ocupação efetiva como critério de reconhecimento internacional de um dado território, mais precisamente a partilha da África. Foi importante para os países africanos, no sentido de que desencadeou revoltas, rebeliões e resistências a explorações principalmente nas sociedades sem organização estatal.

3.CABO VERDE: DO ENTREPOSTO COMERCIAL DE ESCRAVOS À CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA DOS ANOS 1990

Cabo Verde foi “descoberto”, por navegadores portugueses⁸ em 1460, durante as viagens de expansão e busca de especiarias e riquezas. O arquipélago não possuía riquezas das quais eles estavam à procura, mas, cedo se tornou um centro de concentração e distribuições de homens, plantas e animais. Por isso, possuía (e possui) uma posição estratégica que facilitava as viagens entre África, América e Europa. Nesse contexto, as ilhas se transformaram numa das placas giratórias⁹ do comércio transatlântico, devido a localização estratégica que auxiliava as viagens, o transporte de escravos e produtos principalmente, nas rotas que ligava a Europa, a África e o Brasil. Por muito tempo, o pequeno arquipélago serviu de entreposto¹⁰ comercial e de aprovisionamento com particular destaque no tráfico de escravos, conforme a afirmação a seguir:

...”Perante a sua posição geográfica, as ilhas de Cabo Verde foram chamadas a desempenhar desde início da progressão dos portugueses em direção a ponte meridional de África, o papel de placa giratória no quadro de abastecimento de navios em água e víveres (...) a importância de Cabo Verde passa a ser definitivamente reconhecida, quando pela primeira vez, o mundo é dividido em esferas de influência. Referimo-nos, naturalmente, à assinatura do Tratado de Tordesilhas, a 7 de Junho de

⁷ Ocorreu de 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885 em Berlim, estava em discussão a garantia do comércio livre e da navegação nos principais rios africanos de Atlântico, de Congo e Níger, e a regulamentação de novas ocupações na costa ocidental. Os participantes 14 países a Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Noruega, Turquia, Rússia e Suécia.

⁸ António de Noli, Cadamosto, Diogo Afonso e Vicente Dias.

⁹ O termo se aplica no sentido de que, na época servia como rota circulatória, dos escravos e produtos levados dos outros países da África, América e Europa.

¹⁰ Refere-se aos locais onde se depositavam as mercadorias enquanto, aguardavam a venda, a expedição ou o pagamento dos produtos.

1494”... (in *A importância de Cabo Verde na formação do Mundo Atlântico*; Daniel A. Pereira; 2011 págs. 19/20)

Contudo, houve uma disputa de territórios entre os reinos de Portugal e Espanha, o que os levou a entrarem em um acordo. Esse acordo é dominado de Tratado Tordesilhas, assinado no dia 7 de Junho de 1494 e implicava dividir as terras “descobertas e por descobrir” por ambos os reinos. Além disso, abarcava a linha de demarcação no Oeste da ilha de Santo Antão no arquipélago de Cabo Verde. Esta linha estava situada, a meio entre as ilhas de domínio dos portugueses e as ilhas do Caribe dominado pelos espanhóis.

O povoamento das ilhas deu-se por europeus e escravos da costa africana, que se fundiram num só povo e formando o cabo-verdiano, com uma forma de estar e viver própria, conforme o trecho abaixo:

*...”Em razão de Cabo Verde ter estado, no transcurso da sua história, no cruzamento das Rotas do Atlântico, e por se ter verificado uma mistura de tipos rácicos (europeia e africana), tal situação provocou uma mestiçagem cultural mais ou menos harmoniosa e diversificada, onde as contribuições de uns não se sobrepõem às dos outros, dando origem à universalidade dos seus padrões cultural e comportamental, sem contudo abafar a sua identidade própria e específica.” (in *A importância de Cabo Verde na formação do Mundo Atlântico*; Daniel A. Pereira; 2011, pág. 26).*

A abolição do comércio internacional de escravos e a deterioração das condições climáticas, fizeram com que o país entrasse em decadência e passou a viver numa economia pobre de subsistência. A agricultura é vista como, uma das principais atividades econômicas de subsistência dos cabo-verdianos, porém esta é caracterizada por uma baixa e irregular produtividade sendo que, estes e a pobreza estão intimamente ligadas à escassez da chuva.

3.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA; CLIMA E POPULAÇÃO

Situado na costa ocidental da África e formada por dez ilhas¹¹. Cabo Verde é um arquipélago montanhoso, localizado entre o trópico de câncer e o equador. As Ilhas fazem parte de um conjunto de ilhas denominado Macaronésia, que engloba os arquipélagos de Açores, Madeira, Selvagens¹², e as ilhas Canárias.¹³

¹¹ Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santa Luzia, Sal, Boavista, Maio, Santiago, Fogo e Brava. A Ilha de Santa Luzia é a única não habitada.

¹² Localizada em Portugal.

O arquipélago encontra-se dividido em dois grupos: as ilhas do norte, consideradas como ilhas do Barlavento¹⁴ e as do sul pertencem ao grupo chamado Sotavento¹⁵. O país, mais perto de fronteira marítima é o Senegal onde a distância é de aproximadamente 455km. A cidade capital do país, é a Cidade da Praia, localizada na Ilha de Santiago e a segunda cidade, considerada de grande porte é a Cidade de Mindelo, situada na Ilha de São Vicente.

O clima predominante é tropical seco, influenciado pelo vento alísio, e na maioria das vezes, ele é responsável pelo longo período de secas. O clima atrai milhares de turistas ao país, sendo esta atividade considerada oficialmente como uma das principais atividades econômicas do país somada as remessas dos emigrantes¹⁶.

Segundo os dados do censo de 2010 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV), a população total residente no país ronda os quatrocentos e noventa e um mil, oitocentos e setenta e cinco pessoas (491.875), sendo que 49,5% são do sexo masculino e 50,5% do sexo feminino. A população apresenta-se, como sendo relativamente jovem a maior parte se concentra no meio urbano e esta, se encontra mal distribuída entre as nove ilhas habitadas que compõem o arquipélago. O número de pessoas residentes fora do país, ou seja os emigrantes, são em números superiores do que os que residem dentro do país. Essa discrepância foi motivada pela situação precária que o arquipélago enfrentou ao longo da sua história e formação do país.

A independência de Cabo Verde, aconteceu em 05 de Julho de 1975, após longos anos de exploração sob o domínio português. Com o advento da independência, o país deu início ao processo de

¹³ Foi colónia da Espanha. Situada no Oceano Atlântico na parte Noroeste do continente africano.

¹⁴ Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santa Luzia, Sal e Boavista.

¹⁵ Maio, Santiago, Fogo e Brava.

¹⁶ “ (...)” a oferta turística tem-se fundado no triângulo praia, sol, mar bem como nas atividades de recreação associadas a estas atrações. A qualidade de serviço é, em geral, baixa e bastante pobre. Há no entanto, investimentos alguns exemplos de novas infra-estruturas financiadas sobretudo por investimentos estrangeiros.”(Milanini; Droulers; 2002, pag. 9).

Na minha opinião, o Governo de Cabo Verde deveria investir mais neste setor, já este é de extrema importância para economia do país. Ressalto ainda, os frequentes cortes de energia elétrica das quais a população veem se deparando e reclamando. Contudo, parece que o Governo pouco tem feito para resolver esta situação, o que afeta também o setor do turismo e diretamente aos outros setores como o comércio, as indústrias, entre outros. Consequentemente acarreta perdas para o país. No entanto, de acordo com a Organização Mundial do Turismo, em um estudo realizado em 2000, Cabo Verde foi caracterizado por um turismo que está aquém da potencial nacional.

reconstrução, com muitas dificuldades, passando por crises econômicas, sociais e alimentares, devido a escassez das chuvas, de recursos financeiros e de capital humano.

3.1.2. DO PARTIDO ÚNICO AO SISTEMA MULTIPARTIDÁRIO

No que diz respeito ao aspeto político, um dos primeiros partidos políticos a ser implantado foi o Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado em 1956, por Amílcar Cabral¹⁷, como forma de lutar contra o colonialismo português e a marcha pela independência. Os dois países, Guiné-Bissau e Cabo Verde, passaram a ser governados pelo mesmo partido sob orientação marxista.

“No contexto do Movimento Libertador Africano, a própria concepção do PAIGC como partido binacional surge não só como uma necessidade estratégica da luta pela independência dos povos de Guiné e de Cabo Verde, mas também como resposta concreta ao pan-africanista da necessidade de unidade a nível continental”... (in do PAIGC ao PAICV, 1981, pág.7).

No entanto, houve rompimento entre os países, devido a uma crise política¹⁸ na Guiné-Bissau, passou a ser Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). O primeiro presidente empossado sob a égide desse partido foi Aristides Pereira¹⁹. Nesse período da presidência de Aristides Pereira, Cabo Verde era Governado sob regime de partido único, não significando, por si só, um regime ditatorial apesar do enveredamento de alguns ministros de Estado. Apesar de contradições, de 1975 a 1990, o país procurou se guiar pelas vias democrática, apesar da sua compreensível limitação estrutural, social, política e educacional.

¹⁷ (...)”Aristides Pereira, Luís Cabral, entre outros jovens patriotas da Guiné e Cabo Verde esteve a frente durante cerca de 25 anos á frente de uma das mais árduas lutas de libertação que conheceu o continente africano, para se consolidar, primeiro como movimento político-armado escudado nas largas massas da população, desenvolvendo depois, com brilhantes sucessos, uma ação armada e diplomática contra a potências colonizadora dando finalmente aos dois países, que libertou da dominação portuguesa, as bases de sua afirmação no concreto das nações e da consolidação das conquistas arrancadas com tanto sacrifício”.(do PAIGC ao PAICV: documentos; 1981, pag.7).

¹⁸ Na altura o atual governante era Luís Cabral que acabou por ser deposto do cargo pelo golpe de estado, ocorrido em 1980, conduzido por João Bernardo “Nino” Vieira que assumiu a liderança do PAIGC e instituiu o regime autoritário.

¹⁹Falecido a 22 de Setembro de 2011.

Mas, Cabo Verde, em termos legais e jurisdicional, se tornou uma República Democrática, com o advento da abertura política e econômica dos anos de 1990. O regime passou para multipartidário, balizado pela constituição de 1990, apesar de ter sido aprovado em 5 de Setembro de 1980 onde estabeleceu-se um estado de Estado democrático, “assente nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais”.

Portanto, 1990 foi o ano da materialização e participação democrática da sociedade porque só então se deu o reconhecimento efetivo do pluralismo político e instituído o sistema de multipartidarismo. Com isso, houve um período de transição e as primeiras eleições legislativas e presidenciais, num quadro de concorrência política aconteceram, respetivamente, em Janeiro e Fevereiro de 1991. Em Agosto de 1992, é adotada uma nova Constituição, e oficializado o multipartidarismo, assim como, os novos símbolos nacionais.

Atualmente o país conta com os seguintes partidos políticos: Partido Africano para a Independência de Cabo Verde, (PAICV), Movimento para a Democracia (MPD), União Cabo Verdiana Independente e Democrática (UCID) e o Partido Social Democrata (PSD). A última revisão Constitucional foi aprovada em Novembro de 2009, depois de uma longa negociação entre os dois principais partidos políticos MPD e PAICV. O atual Presidente da República é Jorge Carlos Fonseca (eleito em Agosto de 2011), apoiado pelo MPD; e, o Primeiro-ministro é José Maria Neves, apoiado pelo PAICV.

3.1.4. ASPETO ECONÓMICO E A LÍNGUA

Quanto ao contexto económico, a agricultura é um dos principais recursos com o cultivo de café, banana, cana-de-açúcar, frutas tropicais, milhos, feijões, batata-doce, mandioca, a par da riqueza marinha e do Turismo. Contudo, esta não é estável, pois sofre regularmente com o efeito das secas ou escassez da chuva. Cabo Verde também exporta produtos como banana, conserva de peixes, peixe congelado, lagostas, sal e as confeções são os principais produtos exportados. O setor da indústria, encontra-se em desenvolvimento e destaca-se pela fabricação de aguardente, vestuários e calçados, tintas e vernizes, pesca e conserva de pescados, estação de sal e o artesanato. A moeda corrente é o Escudo de Cabo Verde. As remessas da emigração, o auxílio externo e a gestão cuidada dos pagamentos ao exterior preservam a estabilidade da moeda cabo-verdiana. Porém, o Governo poderia apostar mais no Turismo, o que poderá contribuir para o avanço económico do país.

“A contribuição positiva do turismo para o avanço econômico, social e ambiental dos países em desenvolvimento depende de fatores científicos, técnicos, sociais e político-econômicos. Reconhece-se, via de regra, que o turismo estimula o desenvolvimento de vários setores da economia nacional. O turismo pode acelerar o processo de urbanização por meio do crescimento contínuo da construção civil e reforma de instalações para turistas, o que implica acriação e melhoria das infraestruturas turísticas, mais particularmente em áreas afastadas” (in Desenvolvimento Local e Turismo em Tarrafal (Cabo Verde); Milanini; Droulers; 2002; pag.6)

Em 2008, Cabo Verde foi aceite como 153º membro da Organização Mundial do Comércio. Foi o primeiro, país Africano e segundo ainda na qualidade de País Menos Avançado, a aderir a Organização Mundial do Comércio. No mesmo ano, passou de País em Vias de Desenvolvimento (PVD) para País de Desenvolvimento Médio (PDM).

O português foi adotado como língua oficial, tal como na maioria dos países que foram colónias portuguesas, no caso os países que compõem os chamados Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esta, é utilizada em toda a documentação oficial e administrativa, e também nos meios de comunicação social. Paralelamente, nas restantes situações de comunicação incluindo a fala quotidiana, utiliza-se o cabo-verdiano, isto é, “o crioulo”, que é a mescla do português arcaico e da língua africana. Esta divide-se em dois dialetos, com algumas variantes em pronúncias e vocabulários diferentes entre as Ilhas do Barlavento ao Norte e as Ilhas do Sotavento ao Sul. Porém, ainda não foi feita a oficialização do crioulo, ela ainda é tida como língua informal. O processo de oficialização, encontra-se em discussão no parlamento.

Na minha opinião, o crioulo já poderia ter sido oficializado, pois ele se situa como identidade cultural do povo cabo-verdiano, é a primeira língua ao qual temos contato ao nascermos, já que o português é utilizado apenas nos lugares e nas situações específicas. Porém, o problema reside na questão de “qual crioulo oficializar?”, pois nas nove ilhas habitadas existe diferença nas falas, nas variantes e pronúncias nos crioulos falados. Contudo, ao ser oficializado, este seria implementado nas bases curriculares dos alunos, ou seja, passará ser ensinado, deixará de ser uma língua oral, passará a ser uma língua também da escrita. Muitos criticam a questão de que, o sistema de ensino Cabo-verdiano não tem condições de suportar o ensino do crioulo. Descordo totalmente, pois penso que se o governo criou condições para ensinar as outras línguas como o inglês, o francês, porquê não criar condições para o ensino, de uma língua que é nossa. Tive relatos durante a elaboração deste trabalho que a rigor a língua Cabo-verdiana esta oficializada. Porém, o estatuto da língua encontra-se em construção. O que falta é a Assembleia Nacional declarar que o processo de construção já terminou, isto é, que a língua crioula, já atingiu paridade com o português. Do mesmo modo, falta transformar a língua materna cabo-verdiana, de uma língua oficial em construção para uma língua oficial plena.

4. RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE BRASIL E CABO VERDE

Conforme Daniel A. Pereira (2011), simbolicamente, as relações entre Cabo Verde e Brasil antes de acontecerem. E depois de acontecerem se densificaram ao longo dos séculos, marcando indelevelmente os povos dos dois lados do Oceano Atlântico. A descoberta do Brasil por Pedro Alvares Cabral²⁰, que por sua vez, aconteceu depois de ele ter passado pelo arquipélago de Cabo Verde (parou na ilha de São Nicolau para se refrescar), estabeleceu-se assim, uma intensa troca entre os dois territórios, inicialmente marcadas pelo transporte de plantas como de animais.

Nesse âmbito, durante o século XVI de Cabo Verde, o Brasil começou a receber através da Baía, produtos²¹. É de se notar também, que foram utilizados os métodos e meios utilizados em Cabo Verde para, desbravar o Brasil, Cabo Verde foi utilizado num processo de experimentação por pelo menos 40 anos. São os casos das capitânias/donatários, o trabalho escravo nas grandes plantações de cana-de-açúcar e algodão, o desenvolvimento da mestiçagem humana, branco/negro, que em Cabo Verde ganhou uma feição e intensidade muito especiais. Do Brasil para Cabo Verde, foram levados vários tipos de feijões e milhos, que se instalaram no arquipélago Cabo-verdiano, e se tornaram o fundamento da agricultura e de mais intenso povoamento, sendo hoje a base da alimentação por excelência do povo Cabo-verdiano.

De igual modo, para o nordeste do Brasil, ao longo do século vieram milhares de escravos “ladinizados” de Cabo Verde, pois o comércio escravista era controlado a partir da Ilha de Santiago²², (antiga Cidade Velha e atual Ribeira Grande de Santiago), era obrigado o despacho de escravos e o pagamento de impostos a Coroa Portuguesa.

Nesse intuito, existe uma grande relação histórica entre os dois países, que acaba sendo reforçada pela proximidade geográfica, (três horas de voo de Fortaleza a Cidade da Praia) e por ser um dos países da CPLP e africano mais próximo humano e culturalmente. A existência, de uma língua de comunicação em comum é um elemento de grande relevância, pois de uma forma ou de outra explica a “espontaneidade” e a “facilidade” de convivência entre os dois povos. Referida como um dos principais fatores para a escolha do Brasil por muitos estudantes cabo-verdianos “o idioma como facilitador, para virem estudar no Brasil”. “Como se, se conhecessem desde sempre ou houvesse o mar ou a distância física a separa-los” (Pereira;2011, pag.30).

²⁰ Em 22 de Abril de 1500.

²¹ Como palmeira da Índia, cana-de-açúcar, animais vacas, cavalos, ovelhas, cabras.

²² O comercio triagular, com as rotas entre África, América do sul e Europa.

...”O idioma é realinhado e reconstruído, a fim de ficar de acordo com as identidades e os perfis das civilizações (...) a língua portuguesa foi o fator em comum em todo o território brasileiro e entre oito países que vieram a formar Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, composta por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné- Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor- leste; (in “o Brasil e o choque das civilizações”, Ricardo Felipe F. Marques; RARI; pág.103 2011).

Nota-se também, que existe um relacionamento estratégico, vincado pela pertença comum ao Atlântico Sul, que ambos defendem a nível internacional, como sendo a Zona de Paz e Segurança. A questão do comércio e outros aspetos que contornam os países desta zona. Todos os fatores citados acima contribuíram para que o Brasil fosse considerado um “pedaço” de Cabo Verde (Pereira;2011; pág. 30).

5. POLÍTICA AFRICANA DO GOVERNO LULA (2003-2010) PARA O CONTINENTE AFRICANO

De acordo com, Paulo Vizentini e Analúcia Pereira (2008), o Brasil, a China e a Índia são os novos protagonistas da política internacional e da economia Africana. Depois, de um longo período de afastamento provocado pelo início da expansão europeia na África e pela independência do Brasil. A reaproximação do continente e da sociedade brasileira, ganhou um novo impulso com a entrada do Governo “Lula”. Promoveu parcerias com países emergentes e países menos desenvolvidos, englobando países da África, Ásia e Oriente Médio. Os laços históricos, a condição do país com grande população de afros descendentes e o debate interno em torno da igualdade racial, estão presentes na visão brasileira sobre a necessidade de aproximação e cooperação com o continente africano.

No entanto, nessa aproximação predomina uma estratégia económica, vinculada por exemplo a exportação e circulação dos produtos brasileiros no mercado africano. O que ajudaria na economia brasileira. Atualmente na maioria dos países africanos, predomina- a circulação dos produtos de origem brasileira. Durante o primeiro mandato do Governo “Lula” (2003-2006), não só abriu as relações que teriam sido fechadas com o governo do Fernando Henrique Cardoso, como as ampliou (Oliveira, 2009).

Assim, a política externa do governo se concentrou em duas dimensões: uma diplomacia econômica, que determinava a necessidade de manter abertas as relações com os países do Primeiro Mundo para obter investimento e tecnologias. Uma atuação política, configurada como uma arena de reafirmação dos interesses nacionais de forma ativa e afirmativa a um programa social. O foco da política externa

brasileira promovida pelo “Lula”, ao priorizar as relações Sul-Sul e o discurso por uma ordem global mais igualitária e justa, estava também enraizada na ideia de que as relações Sul-Sul, possuem boa potencialidade comercial e se figuram como espaços para a projeção da diplomacia brasileira. (Matos, 2011).

Durante o primeiro mandato, o presidente Lula e o primeiro- ministro Celso Amorim realizaram várias visitas e estabeleceram vários acordos com os países africanos. Em um pouco mais de quatro (4) anos de mandato, foram realizadas cinco (5) viagens ao continente, conseqüentemente na visita de dezassete (17) países e a abertura de vários consulados que passou de dezasseis (16) para vinte e cinco (25). A aproximação, com o continente seria algo a longo prazo, tanto que até hoje se mantêm essas relações ou essa política. Com isso, no governo de Jânio Quadros foi adotada uma política que apoiava a autodeterminação dos povos coloniais, especialmente as colônias portuguesas que iniciavam a luta armada.

De acordo com, Elaine Vilela e Pedro Neiva, (2011) o governo “Lula”, defendeu a transformação da ordem internacional e das suas instituições com o objetivo de torná-las mais justas. A partir dessa política, foram assinados vários acordos culturais, dentre as quais as vagas nas instituições de ensino superior para estudantes africanos no Brasil, que veio a ser denominado de Programas do Estudante do Convênio (PEC), abrangendo os cursos de Graduação (PEC-G) e Pós- Graduação (PEC-PG), e veio a ser fomentado com o fornecimento de bolsas de estudo, desenvolvimento técnico e científico e na formação de professores. Esses acordos, começaram a concentrar-se primeiramente no domínio da educação²³ e posteriormente, começou a abranger as outras áreas, tais como, Agricultura, Urbanismo, Saúde, entre outras.

O governo Lula, no início deu prioridade à reconstrução do Mercosul e a integração sul-americana. Embutida neste pacote, estaria também à solidariedade com os países africanos, focado no princípio de democratização que conjugava o direito de maior participação dos países emergentes nas decisões internacionais. (Pedro Matos, 2011). A África, passou a ocupar um lugar de destaque no governo Lula e em relação à solidariedade com os países deste continente, o presidente perdoou a dívida africana em quase US\$ 1 bilhão, perdoou quase 95% da dívida Moçambicana em 2004²⁴. A intenção era estabelecer uma parceria, para incentivar as exportações de produtos de maior valor agregado e também almejar novos mercados no continente.

²³ Sobretudo na área da formação de quadros.

²⁴ No caso de Cabo Verde a dívida global foi de aproximadamente 3, 895 milhões de dólares. Contudo, o perdão foi de 1,198 milhões de dólares em 2008.

A presença brasileira no continente africano, também é marcada pelas telenovelas, igrejas evangélicas, que desde 1980 tem crescido no continente, bem como as redes de tráfico de drogas, redes de contrabando, lavagem de dinheiro (Vizentini e Pereira; 2008), tudo isso passou a marcar a “relação” entre os dois países do atlântico. Também, a PETROBRAS²⁵, uma das mais conceituadas empresas brasileiras tem presença no continente africano na exploração do petróleo em Angola e África do Sul.

6. O BRASIL e a CPLP

Os programas de cooperação, também envolvem os países dos chamados Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)²⁶, criado a 17 de Julho de 1996, com diversos objetivos, os quais se fundamentam no (...) ”aprofundamento da amizade mútua e da cooperação em comum, isto é a língua portuguesa, marcada pelas raízes históricas da colonização e laços comerciais, culturais e educacionais.

De acordo com, Gilson de Lima e Therezinha de Pinho (2000), no mundo globalizado a Educação é um indicador relevante para a inclusão social e se situa como “marco” para os países da CPLP. A inclusão através da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que não concluíram a idade regular própria, o caso da CPLP, proporciona a humanização ao mundo do trabalho. É certo que, muitos países têm apostado na qualificação das pessoas como forma de melhorar o desenvolvimento humano sustentável, assim a educação tem sido um fator de destaque.

6.1. O ACORDO ORTÓGRAFICO

Por iniciativa, do governo brasileiro, foi proposto o Acordo Ortográfico entre os países da CPLP. Convém salientar que este vinha sido discutido há décadas. Fruto, de um longo trabalho da Academia Brasileira de Letras e da Academia de Ciências de Lisboa, os representantes oficiais dos então sete países de Língua Oficial Portuguesa (além do Brasil e Portugal também Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), assinaram em 1990. Porém, entrou em vigor no Brasil no início de 2009, e em 13 de Maio em Portugal. Em ambos os países, foi estabelecido um período de transição, em que tanto as normas anteriores em vigor, como a introduzida por esta nova reforma são válidas. Desta feita, no Brasil foi estabelecido um período de três anos, e em Portugal seis anos, ainda em período de transição.

²⁵ Petróleo Brasil S/A. Reconhecido mundialmente pela excelência tecnológica.

²⁶ Os Estados- membros são Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Com exceção, de Angola e de Moçambique, todos os restantes países da CPLP, já ratificaram todos os documentos conducentes para a aplicação desta reforma.²⁷ Em Cabo Verde, poucas pessoas têm conhecimento sobre esse acordo ortográfico, devido a pouca divulgação, mesmo que este ainda não tenha sido implementado.

6.1.2. TIPOS DE COOPERAÇÕES DESENVOLVIDAS

De acordo com, Alessandra Livramento (2010), os Cabo-verdianos buscavam na emigração tudo o que Cabo Verde não lhes oferecia na década de 70. O Brasil, era a escolha natural de vários emigrantes cabo-verdianos principalmente das ilhas de Santo Antão, São Vicente e São Nicolau, nos anos de 1975/1976. O motivo da escolha do Brasil como destino, devia-se ao fato de se ouvir maravilhas contadas desse país e também, por conta de vários navios que aportavam em Cabo Verde. Considerava-se o Brasil um país promissor e que incentivava a emigração. Outro fator seria, a facilidade da língua, e de já ter no período um número considerável de Cabo-Verdianos no país. Os Cabo-verdianos se espalharam por vários Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Santa Catarina e Baía.

A cooperação institucional entre Brasil e Cabo Verde, veem se desenvolvendo em três níveis: bilateral, multilateral e trilateral. A cooperação bilateral, traduz-se nos projetos setoriais. Na cooperação multilateral predominam os programas da CPLP e das agências especializadas da ONU, maioritariamente direcionadas para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Quanto a cooperação trilateral, fase a crise económica que abalou o país na década de 1990, o governo brasileiro teve que adotar medidas de contenção de despesas, pelo que se optou por uma mudança de estratégia de cooperação passando a envolver “terceiros parceiros” como a Áustria, a Suíça, a Holanda e o Luxemburgo. (Livramento, 2010).

Por estas vias, as relações diplomáticas iniciadas em 1975, foram intensificadas com visitas e assinaturas de vários acordos pelos Presidentes e Ministros. Dentre as quais, se destaca vários programas na área da educação tais como: o projeto Fortalecimento Institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o Programa PEC-G e PEC-PG (oferecimento de vagas para cursos nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras), o Programa Escola de todos, Projeto de Ensino a Distância, o Projeto de

²⁷ Fonte: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org>.

Formação de Professores, o Projeto de Apoio a Universidade de Cabo Verde (UNI-CV), o Projeto Africanidade, o Programa Pro- África, o Programa/Projeto de alfabetização de adultos e o Projeto Linguagem das Letras e Números.

7. OS PROGRAMAS/PROJETOS DE COOPERAÇÃO NO SETOR EDUCAÇÃO

7.1.PROJETO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL (IEFP)

Levando em conta, a situação de Cabo Verde após a independência, este foi um dos programas inicialmente enquadrados na reconstrução do país. A assinatura deste programa, ocorreu em 28 de Abril de 1977, no âmbito dos acordos técnico- científicos que veio a ser ajustado em 2004. O objeto, era de implementar este projeto, com a finalidade de contribuir para a melhoria do sistema de formação profissional em Cabo Verde, nos setores de hotelaria e turismo. Em Janeiro de 2007, houve um novo reajuste no programa. A iniciativa do reajuste, foi implementado entre junho de 2007 e março de 2008, resultou na formação de 271 multiplicadores cabo-verdianos nas áreas de cozinha, Restaurante e Bar, recreação e lazer, receção, eventos, controles hoteleiros e governança, nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Sal, Santiago e Fogo.

O governo de Cabo Verde priorizou a formação profissional como atividade estratégica no intuito de, estabelecer o aperfeiçoamento qualitativo do trabalho nacional, à inclusão social dos jovens e adultos em uma atividade produtiva de mercado, propiciando a elevação da renda, e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e do grupo familiar.²⁸ O excelente resultado deste projeto fez com que o governo apostasse cada vez, mais na formação e qualificação profissional e hoje existem várias escolas profissionais em funcionamento no país, com ênfase nos cursos de Hotelaria e Turismo e outras áreas.

No ano de 2004, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva realizou visitas a Cabo Verde. Destas visitas saíram, novos acordos e reajustes. Enfatizaram a cooperação existente no setor educação, com destaque na formação de Cabo-Verdianos nas instituições de ensino superior brasileiras e ampliar a oferta de programa de formação dos recursos humanos. Ficou definido também, o apoio do Brasil para a criação da primeira Universidade de Cabo Verde e o favorecimento de programas de especialização e pós-graduação.

²⁸ Fonte ABC, www.abc.gov.br

7.1.1 PROGRAMA DE APOIO A UNIVESIDADE DE CABO VERDE (UNI-CV)

Em virtude, de uma visita oficial realizada pelo Primeiro- ministro de Cabo Verde ao Brasil em 2005, foi discutido vários projetos. Posteriormente, a uma missão também oficial, Cabo Verde recebeu uma equipa brasileira, representantes do Ministério da Educação, e da Agência Brasileira de Cooperação com o objetivo de, discutir e elaborar documentos e projetos oriundos do acordo bilateral. Dentre as quais destaca-se os projetos: Escolas de todos no domínio das Necessidades educativas especiais; Formação Profissional em Turismo e Hospitalidade; Resistência médica e Apoio a UNICV. (Livramento, 2010).

Em Abril do mesmo ano, foi assinado um acordo com o ABC, com vista a ajudar na implementação da primeira Universidade Pública de Cabo Verde. Ficou acordado também, conjunto de ações entre as duas partes nos domínios de: Estruturação e governo do sistema de Ensino Superior; a Formação de Professores e Gestores; Ciência e Tecnologia; Educação a Distância. A 14 de Janeiro de 2005 foi assinado em Cabo Verde, um Programa de Trabalho em Matéria de Educação Superior e Ciência entre o Governo de Cabo Verde e do Brasil com ênfase na matéria de Educação Superior e Ciência. Este instrumento cria, institucionalmente a figura da Comissão paritária Bilateral do ensino superior e ciência, compostas por elementos dos dois países, como órgão responsável pela execução, monitorização e avaliação deste programa. As áreas de atuação, seriam as que foram previamente acordadas por ocasião da primeira visita exploratória.

Neste período também, foi assinado o Plano Operacional anual entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal a Nível Superior (CAPES) e a Comissão Nacional para a Instalação da Universidade de Cabo Verde (CNI UNICV). Na mesma altura, foi realizada uma missão desta CNI ao Brasil. A 15 de Março de 2006, foi assinado em Cabo Verde, o ajuste complementar para a implementação da UNI-CV e ao desenvolvimento do Ensino Superior, a 10 de Abril de 2006, foi publicado o documento do projeto. O projeto possuía como um dos principais objetivos:” apoiar a definição do quadro legal e institucional para a organização e funcionamento do sistema do sistema do ensino de educação superior em Cabo Verde, e apoiar a criação e implementação dos cursos de graduação nas áreas que representam a aposta estratégica da Uni-CV”.²⁹

Segundo Alessandra Livramento (2010), a UFRGS, esta entre as Universidade Brasileiras que mais tem atuado em ações de incremento de estruturas de ensino e pesquisa junto as instituições académicas de Cabo Verde. Esta participa desde início das negociações da CAPES, Desde então, o

²⁹ Fonte: www.unicv.edu.cv

convênio entre a UFRGS e a UNI-CV, veem aproveitar cada novo edital referente a África para acrescentar uma nova dimensão de reflexão sobre uma concepção de integração, universidade e comunidade. Um dos principais domínios de cooperação entre as duas universidades é a realização de mestrados em Ciências Sociais, Tecnologias de Edificações, Geografia e Ordenamento do Território e Desenho Urbano, paralelamente a ações que passam pelo acolhimento de docentes da UNI-CV nos programas de Doutorado e Pós-Doutorado da UFRGS.

A UFRGS e a Universidade Federal Paraense (UFPA), firmaram uma parceria onde resultou-se na criação da Cátedra Brasil- África de cooperação internacional, será criado um Centro de Documentação de documentação histórica Brasil-África, terá sede na UFPA, com acervo doado pela UNI-CV. Ainda, é de salientar que o Governo do Brasil deu apoio para implementação do ensino a distância (Ead) na UNI-CV.

7.1.2. PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Partindo dessa prerrogativa, do apoio a primeira Universidade Pública de Cabo Verde, foi assinado um programa de mobilidade estudantil, denominado programa de Iniciação Científica resultante de um protocolo assinado em Janeiro de 2009, entre a UNI-CV e a CAPES. O objetivo deste programa é de “despertar vocações”, além de promover o intercâmbio cultural entre os estudantes.

Participam deste programa oito (8) Instituições de Ensino Superior Brasileiras, incluído a UFRGS. A seleção é feita nos polos da Universidade de Cabo Verde, na Praia e no Mindelo, com base no desempenho ao longo do percurso acadêmico e pela importância e consistência dos projetos de investigação propostos. Geralmente as áreas são: Ciências Biológicas, Engenharia Informática e de Computadores, Engenharia Química e Biológica, Física, Geografia e Ordenamento do Território, Matemática, Química, Ciências Sociais, Filosofia, História e Línguas, Literaturas e Culturas.

A última edição, aconteceu nos meses de Julho a Setembro de 2012. Os alunos voltam a Cabo Verde nos finais de Setembro. Nesta altura, realiza-se uma Conferência de Iniciação Científica da UNI-CV e apresentam a Comunidade Académica os resultados dos seus projetos de Investigação. Deste modo, os trabalhos e as Comunicações são avaliados por Coordenadores de Cursos da Universidade, e os melhores são premiados. Segundo relatos dos alunos que já participaram deste projeto, foi uma oportunidade e experiência enriquecedora e frutífera.

7.2. PROGRAMA DE ESTUDANTE DO CONVÊNIO- GRADUAÇÃO (PEC-G)

Programa do Estudante do Convênio, é um programa de nível da graduação (PEC-G) e Pós-Graduação (PEC-PG), oferecido a estudantes de países em desenvolvimento, especialmente os países da África, da América Latina e Caribe e da Ásia³⁰, com quais o Brasil mantém acordos, educacionais e ou culturais, e ou de ciência e tecnologia. São oferecidas vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Este é coordenado no Ministério Das Relações Exteriores (MRE), pela Divisão de Temas Educacionais (DCE); no Ministério da Educação (MEC); pela Secretaria de Ensino Superior (SESu) e as Instituições de Ensino Superior (IES), pelas Pró- Reitorias de Graduação.

Os estudantes que concorrem têm entre 18 e 25 anos de idade completos, precisando comprovar a conclusão do ensino médio ou equivalente ao mesmo e comprovar o meio pelo qual se sustentara no Brasil durante esse período e também é exigido aos alunos que não pertencem aos países da CPLP, a realizarem um teste da proficiência em Língua Portuguesa.³¹ A seleção dos candidatos é feita por meio de uma análise das candidaturas recebidas do exterior por uma Comissão de Seleção, instituída por Portaria da MEC e composta por professores provenientes de Instituições de Ensino Superior (IES) de cada uma das regiões da Federação.

Compete à Comissão, o papel da distribuição de vagas entre os candidatos dos países participantes. Não existe reserva de vagas ou cotas específicas para cada país, sendo o critério da seleção o mérito acadêmico. O programa engloba Instituições de Ensino Superior públicas e privados. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), é uma das oitenta e quatro (84) instituições de Ensino Superior que aderiram ao programa, com seis (6) alunos Africanos atualmente matriculados pelo PEC-G, sendo três (3) de nacionalidade Cabo-verdiana.

³⁰ América Latina e Caribe participam: Antígua & Barbuda; Argentina; Barbados; Bolívia; Chile; Colômbia; Costa Rica; Cuba; El Salvador; Equador; Guatemala; Guiana; Haiti; Honduras; Jamaica; México; Nicarágua; Panamá; Paraguai; Peru; República Dominicana; Suriname; Trinidad & Tobago; Uruguai e Venezuela. E da Ásia: China; Paquistão; Tailândia e Timor Leste.

³¹ Os países Africanos participantes destes programas são: África do Sul, Angola, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa de Marfim, Gabão, Gana, Guiné- Bissau, Mali, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, Republica Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal e Togo.

Com a participação ativa dos estudantes do PEC-G, nas Universidades brasileiras foi criado um projeto de bolsa aos estudantes denominado Milton Santos³². Este tem o objetivo de fomentar a cooperação técnica, com um salário mínimo mensal ao aluno participante do programa (PEC-G), regularmente matriculado em Instituições Federais de Ensino Superior. A bolsa é oferecida pelo Ministério da Educação e para concorrer ao auxílio, além do estudante estar matriculado numa instituição federal de educação superior, deve ter um bom desempenho acadêmico de acordo com a instituição em que estuda e também é avaliado a situação socio económica. Outrossim, salienta-se que este projeto de bolsa, foi instituída nos parâmetros da ampliação dos cursos entre os dois países, resultado da visita dos presidentes e ministros conforme citados acima.

Aos estudantes do PEC-G também é oferecido pelo Ministério das Relações Exteriores uma bolsa denominada, Bolsa de Mérito. Esta bolsa é oferecida a os que demonstram aproveitamento acadêmico excepcional. O benefício é de um salário mínimo mensal, oferecido durante 6 meses, este também recebe uma passagem aérea de retorno ao seu país, após o término da graduação. A seleção é feita, semestralmente após a abertura de um edital específico. Do governo brasileiro também é oferecido uma bolsa para as instituições não federais, ou seja, para as universidades privadas a chamada Bolsa do MRE. Esta tal quais as outras, são para os estudantes do PEC-G, que estejam matriculadas em universidades não federais e que apresentam dificuldades económicas. É concedido também um valor de um salário mínimo mensal, num período de 6 meses. A instituição de ensino deverá indicá-lo através de uma seleção prévia, mediante um edital específico.

7.3.PROGRAMA DE ESTUDANTE DE CONVÊNIO- PÓS-GRADUAÇÃO (PEC-PG)

Foi criado, com o objetivo de possibilitar aos cidadãos oriundos de países em desenvolvimento a realização de estudos de pós-graduação no Brasil. O primeiro Protocolo foi assinado em 1981 e atualizado em 2006, segundo a DCE. Nesse âmbito, através do acordo cultural educacional do Brasil é oferecido bolsas de estudos para Mestrado e Doutorado na IES. As vagas são recomendadas, pelo CAPES, sem custo de matrícula; são oferecidas o mesmo valor da bolsa a estudantes brasileiros mil trezentos e cinquenta reais (R\$ 1350) para o Mestrado com a duração de 24 meses e dois mil reais (R\$ 2000), para o doutorado com a duração máxima de 48 meses e uma passagem de retorno ao país de origem.

³² Também conhecida como bolsa Promessões.

O PEC-PG, é administrado em parceria por três órgãos: pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da Divisão de Temas Educacionais (DCE), e pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio do Conselho Nacional para Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente participam do PEC-PG cinquenta e quatro (54) países, sendo vinte e três (23) na África, vinte e seis (26) nas Américas e seis (6) na Ásia.³³

7.4. PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Este programa foi desenvolvido entre 1998 e 2001, a nível de formação de quadros para o ensino técnico. Desenvolveu-se um programa de formação de professores secundários a nível técnico no Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET/RG), co financiado por Luxemburgo e Cabo Verde. O programa tinha como mote principal, dotar as recém-construídas Escolas Técnicas de Assomada³⁴ e Porto Novo³⁵, um corpo de docentes qualificados para esta área. Trinta e oito (38) docentes foram beneficiados e certificados através deste programa pelo CEFET/RG. (Livramento, 2010 pag.53).

Em 2007, foi apresentado a Cabo Verde a possibilidade da Fundação Amparo à Pesquisa da Secretaria do Estado de Rio de Janeiro (FAPERJ), apoiar as escolas técnicas na realização de cursos tecnológicos. No ano de 2008, iniciou-se um projeto entre os dois países, para a vinda ao Brasil professores de português e matemática das redes de ensino básico e secundário, para um curso de superação em língua portuguesa e matemática. O projeto é mantido até hoje.³⁶

³³Fonte: www.dce.gov.br

³³ Localizada no interior da Ilha de Santiago.

³⁴ Localizada em Santo Antão.

³⁵ Em Julho de 2012, vieram para o Brasil professores do ensino básico e secundário, no intuito de obter a formação oferecida por este programa. A formação ocorreu numa das universidades de Fortaleza/ Ceara, e teve a duração de um mês.

7.5. PROGRAMA ESCOLA DE TODOS

O programa Escola de Todos foi assinado em Março de 2006³⁷, pelo Ministério da Educação de Cabo Verde e pela ABC. Começou a ser discutido em 2005, em virtude de uma visita oficial realizada pelo Primeiro-ministro de Cabo Verde ao Brasil. Visa, apoiar o sistema de ensino Cabo-verdiano na ampliação da oferta do atendimento educacional especializado para, portadores de necessidades especiais. As áreas contempladas foram a língua portuguesa para surdos, o sistema braile e o código matemático unificado, orientação e mobilidade. Os professores que atuam com alunos com necessidades especiais se especializaram de modo, a ajudar melhor os alunos. Além disso, o governo brasileiro ofereceu kits com materiais de braile, destinadas aos estudantes com deficiência visual, e foi aprimorado os centros de recursos multifuncionais³⁸.

Em Março de 2007, os representantes do MEC e da ABC, fizeram uma avaliação e finalização de como o projeto tem sido, acabou por ser ajustada novas áreas para a fase II. Nesta nova fase foram embutidos, novamente a formação de professores, mas multiplicados em novas áreas como: tecnologia assistida e língua brasileira de sinais, transcrição e adaptação do material em braile, surdo, cegueira e atendimento especializado a distância. Nesta nova fase, também foi contemplada o apoio na elaboração de novas Políticas de Educação Inclusiva e na elaboração de Indicadores para a Educação Especial, teve a duração de 12 meses.

7.6. PROJETO DE ENSINO A DISTÂNCIA

Em outubro de 2006, a Embaixada do Brasil em Cabo Verde, doou kits de cinquenta (50) DVD'S da TV Escola, por iniciativa de um Projeto DVD Escola. Este projeto integra ações do Ministério da Educação do Brasil, possui elevado padrão de qualidade e capacidade de difusão em larga escala de formas inovadoras de promoção de conteúdos curriculares de ensino fundamental e médio.

A TV Escola tem por principal objetivo, a contribuição para o aperfeiçoamento profissional dos educadores, para o processo de ensino e aprendizagem e para a melhoria da qualidade na educação. O kit com os DVD'S foi entregue a Direção Geral do Ensino Básico e Secundário (DGEBS), para a divulgação e uma eventual organização para a utilização. Os DVD'S tratam de produções sobre Língua Portuguesa,

³⁷No final do Primeiro mandato do Presidente "Lula", de 2003 a 2006.

³⁸ Fonte: www.asemana.publ.cv.

Matemática, Ciências, Geografia, História, Sociologia, e outros temas que foram concebidos pelos agentes educativos como forma destes valorizarem suas aulas, explorar sua autonomia e criatividade utilizando novas tecnologias para ampliar os seus conhecimentos.

Segundo Alessandra Livramento (2010), a tentativa de incrementar as relações de cooperação na área de Ensino a Distância já vem desde algum tempo, pois em 1998 foi assinado um Convênio com a Fundação Roberto Marinho (FRM), que permitiria a instalação do Telecurso 2000, com a formação de professores com Recursos da Educação a Distância que visa, o apoio à atividades de professores do ensino primário e secundário por meio da introdução e transferência de metodologias de ensino a distância. Através deste projeto seriam montadas dez (10) Telesalas, prevendo a formação dos formadores, o envio de consultores e a doação de todo o material pedagógico de suporte, incluindo fitas de vídeos e material didático.

7.7. PROJETO AFRICANIDADE

A Africanidade, é um projeto de treinamento a educadores de Cabo Verde e Guiné- Bissau. Foi lançado em Março de 2006 em Cabo Verde e Guiné- Bissau, pelos respectivos Ministros da Educação. Este atende os cursos de formação para educadores, gestores governamentais e a sociedade civil que trabalham no campo da educação de jovens e adultos. O curso foi desenhado para atender a dois formatos: o da extensão e o da especialização, com o apoio das tecnologias de educação a distância e as atividades presenciais envolvendo professores e mediadores pedagógicos africanos e brasileiros. Trata-se, de uma demanda da Rede de Cooperação Sul-Sul entre Países de Língua oficial portuguesa no campo da EJA, acatada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e desenvolvida pela Cátedra da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Ofertado em nível de extensão e especialização, o projeto Africanidade está destinado a educadores em serviço contemplando públicos das diferentes ilhas de Cabo Verde, distintas localidades de Guiné Bissau e um público brasileiro vinculado a diferentes instituições educacionais de vários estados nordestinos. O material didático, preparado especialmente pelo corpo docente do curso, contém um livro com textos acadêmicos, dois cadernos didáticos com os textos principais dos componentes curriculares, um DVD com Vídeo Aulas e um CD com gravações para rádio (Painéis radiofônicos). Estes últimos materiais gravados pelos professores, em conjunto com os alunos dos três países envolvidos no Projeto e matriculados nos cursos de graduação e mestrado da UFPB.

Além do apoio da UFPB³⁹, o projeto conta com recursos da MEC, e das Embaixadas Brasileiras em Cabo Verde e Guiné-Bissau, e com a aprovação e apoio dos Ministérios da Educação nos dois países Africanos. Dois grupos de professores da UFPB foram para Cabo Verde e Guiné-Bissau, para a abertura do curso e para ministrar o primeiro componente presencial.

7.8. PROGRAMA PRO-ÁFRICA

Este programa é resultado de uma missão realizada pela CNI UNICV, ao Brasil em Abril de 2005 com o apoio da CNP-q, pertencente ao Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil para a realização de pesquisas nas áreas de Ciência Tecnologia e Inovação. O objetivo deste programa é de promover o apoio na realização de atividades de cooperação internacional. O acordo envolve o Brasil e os países africanos com temas selecionados conforme a sua relevância estratégica, que contribuam de forma sustentada para o desenvolvimento científico e tecnológico dos países envolvidos e que levem a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos, mediante a geração e apropriação de conhecimento e elevação da capacidade científica e tecnológica dos países. Nesse intuito, a iniciativa do CNPq foi de financiar a mobilidade de cientistas, pesquisadores e técnicos brasileiros e africanos através de: missões exploratórias, atividades conjunta de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e eventos de Ciência e Tecnologia.

No entanto, salienta-se ainda um projeto desenvolvido dentro deste programa. O projeto de pesquisa, cujo nome foi “Educação para a Cidadania Global”, com a parceria entre Brasil e Cabo Verde. Foi implementado, entre a Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e Universidade de Santiago (US)⁴⁰. O projeto envolveu, todos os grupos de pesquisa da Educação para Cidadania e Segurança (EDUCS), que viajaram até Cabo Verde e como contrapartida mais tarde a UNISUL, recebeu a visita do Reitor do Pró-Reitor da Universidade de Santiago. A seleção, para o enquadramento de uma proposta de projeto ao programa é feito por meio de um edital específico aberto pelo CNPq.

³⁹ Para viabilizar o projeto, a UFPB teve que mudar o seu perfil junto ao Ministério da Fazenda e se tornar uma instituição exportadora, podendo assim enviar os quase seiscentos (600) quilos, de material didático para a África

⁴⁰ Localizada na cidade de Assomada, interior da Ilha de Santiago.

7.9. PROJETO/ PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Após a independência, Cabo Verde estava passando por conjunto de transformações econômicas, sociais, culturais. Contudo, o acesso a educação na época era só para pessoas mais privilegiadas⁴¹, ficando a maioria fora do sistema de educação. Para isso, uma das metas do pós- independência, foi priorizar o acesso ao sistema educativo e conseqüentemente diminuir a taxa de alfabetismo no país. Na altura, a alfabetização e educação de adultos definia sua identidade tomando a forma de uma campanha nacional, utilizando vários métodos como o “No Djunta Mon”⁴², Inspirado no método de alfabetização cultural de Paulo Freire.

Inicialmente, a iniciativa da criação e implementação do projeto foi no Brasil. Criado em 1997, no âmbito do programa Comunidade Solidária, com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismo e expandir o acesso de jovens e adultos á educação, nos municípios que apresentam os índices mais elevados de analfabetismo neste país. Foi consolidado como uma das mais importantes ações da história da educação de jovens e adultos no Brasil.

Assim, o sucesso e o bom resultado estimulante desse projeto, teve impacto internacionalmente. A atuação internacional do Programa Alfabetização Solidária (Alfa sol) foi decorrente do reconhecimento obtido no Brasil consoante a sua eficiência, eficácia e efetividade. Premiado e reconhecido internacionalmente, o programa começou a expandir as suas fronteiras, em Novembro de 2000, primeiramente com o Timor- Leste e posteriormente com os países de Língua Oficial Portuguesa, Moçambique⁴³ e São Tomé e Príncipe.⁴⁴

Em 27 de Junho de 2002, foi assinado o acordo de ajuste complementar Técnica e Científica na área de Educação entre o Governo do Brasil e o Governo de Cabo Verde para a implementação do projeto de Alfabetização solidária em Cabo Verde auxiliado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE) e pela Direção Geral da Alfabetização e Educação de Adultos (DGAEA-Ministério da Educação de Cabo Verde). Ademais, em Cabo Verde e nos outros países, foi utilizado o mesmo modelo brasileiro, baseado em parcerias, dividido em módulos ou fases e com adaptações metodológicas e temáticas necessárias ao contexto local.

⁴¹ As pessoas que podiam frequentar as escolas, eram pessoas que possuíam status social, ou seja, as elites.

⁴² Termo crioulo que significa-“Vamos juntar as mãos”.

⁴³ Em Moçambique foi implementado em Julho 2001.

⁴⁴ Em São Tomé e Príncipe foi executado em Agosto 2001.

A primeira fase, do programa foi executada entre 2002 e 2003. Nesta fase, foi implementada dez (10) salas de aulas, com a mobilização das comunidades a serem alfabetizadas elaboração do material didático e de apoio para duzentos e cinquenta (250) alfabetizandos, sendo vinte e cinco (25) por sala e na capacitação de dez (10) alfabetizadores e dois (2) suplentes. Já na segunda fase que foi entre 2003 e 2005, realça-se o alargamento do projeto piloto com cem (100) salas de aulas, com a capacitação de cento e vinte (120) animadores e de doze (12) coordenadores locais e pela aquisição de material didático e de apoio a dois mil e quinhentos (2500) alfabetizados. As responsabilidades, na execução do programa foram divididas entre os coordenadores da Alfamol, da ABC e do Governo de Cabo Verde.

No ano de 2004, uma equipe da Alfamol, da ABC, e do DGAEA, realizaram uma avaliação da implementação do programa na primeira e na segunda fase, e chegou-se a conclusão de que a nova abordagem pedagógica obtida contribui para a retenção nos círculos de Cultura, onde 60% dos formados na I fase foram avaliados com sucesso. (Livramento, 2010). Porém, foi decidido dar continuidade ao programa, numa terceira fase onde o acordo foi assinado em Janeiro de 2005.

Nesta III fase, foi estabelecido por um período de doze (12) meses e com parcerias, da Universidade Federal do Ouro Preto (UFOP), a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Católica de Brasília (UCB). Outras Universidades como a Universidade Estadual de Campinas (UNI CAMP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Estadual do Ceará (UECE), e a Universidade do Vale do Acaraú (UVA), também participaram do programa.

Em Agosto de 2006, o MEC, o MRE, e a UNESCO, realizaram em Brasília a Primeira Oficina sobre a Educação de Jovens e Adultos, nos países de Língua Oficial Portuguesa, com o objetivo de discutir a cooperação Sul-Sul, no campo da educação de jovens e adultos considerando, principalmente as realidades socioeconómicas, a pluralidade de línguas nacionais, diversidade étnica, política e econômica. Desta oficina ficou delineada, uma versão preliminar do plano estratégico da Cooperação Sul-Sul⁴⁵ entre os países de Língua Portuguesa no Campo da Educação de Jovens e Adultos a ser concluída por todos os membros da CPLP.

Nesse âmbito, a DEGAEA, estabeleceu um novo acordo de cooperação com a Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e traçou um novo projeto para 2007-2008, intitulado Projeto de Apoio ao Programa de Educação de Jovens e Adultos, com o objetivo de construir as

⁴⁵ O Brasil e Cabo Verde fazem parte da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Este faz referência a um fórum de diálogo e cooperação entre a totalidade das nações soberanas alinhadas através da conformação do Atlântico Sul. Foi estabelecida em 1986, através da iniciativa do Brasil.

bases de uma rede de cooperação, reforçar as políticas e programas nacionais de alfabetização e educação de jovens e adultos mediante a cooperação técnica e financeira bilateral e multilateral, e promover a formação de formadores, elevando os recursos técnicos disponíveis no interior da própria rede.

7.10. PROGRAMA DA LÍNGUAGEM DAS LETRAS E NÚMEROS (PLLN)

Este programa teve início em 2008, pela iniciativa do MEC, MRE e o Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, com o apoio da Universidade do Ceará (UFC) e da UFRGS. O objetivo do programa é de, fortalecer o ensino da Língua Portuguesa e Matemática no ensino básico dos países africanos de língua portuguesa. Foi inspirado em um programa cearense do mesmo nome, desenvolvido pela Secretária da Ciência Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará (SECITECE) em 2003, o PLLN baseia-se na ideia de que alunos que manejam corretamente as duas linguagens essenciais para a formação do conhecimento (letras e números), dominam com mais facilidade o aprendizado escolar. É composto por dois projetos: o projeto Amílcar Cabral, que abrange a área de Matemática e o projeto José Aparecido de Oliveira, que contempla a área da Língua Portuguesa, ambos com ênfase nas atividades acadêmicas e culturais. Assim, são selecionados professores do ensino básico, destas áreas para uma formação que primeiramente acontece no Brasil e num segundo momento no país de origem.

No entanto, ressalta-se ainda que a formação não se restringe a sala de aula. Há visitas a Museus, bibliotecas e livrarias, como parte de uma programação cultural, além de informações sobre os cursos de pós-graduação. Desta forma, promover o estímulo aos professores africanos, para que deem continuidade aos seus estudos, como forma de melhorar o nível do ensino. O projeto é mantido até hoje.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, apresentou os programas/projetos de cooperação na área da educação entre Brasil e Cabo Verde nos mandatos do Governo “Lula” (2003-2011). De fato, as relações com os outros países proporcionaram a Cabo Verde o apoio para se reestabelecer depois de um longo período de exploração portuguesa. O Brasil foi um dos países que desde a independência (1975), veem mantendo relações com o país, em diversos setores. Dentre as quais, o destaque deste trabalho é a área da Educação.

A Educação é uma das áreas das quais, o Governo de Cabo verde apostou e tem apostado para ajudar no desenvolvimento do país, tanto dentro como fora do país. Assim, todos os projetos citados acima foram e ainda são em alguns casos de extrema importância para o país. Ressalta-se ainda, a política externa

do Governo “Lula”, que durante o seu mandato deu bastante atenção aos países africanos e realizou várias visitas ao continente e ainda perdoou as dívidas e ampliou os acordos.

Considera-se que todos esses programas/projetos, trouxeram benefícios e resultados positivos, tanto que muitos se estenderam e permanecem até hoje. O caso do PEC-G, e do PEC-PG, onde o predomínio de estudantes Cabo-verdianos nas IES brasileiras é numerosa, em comparação com os estudantes dos demais países que participam deste programa. E o programa PLLN, criado justamente por iniciativa do governo brasileiro, como forma de ajudar o ensino básico nos países africanos, proporcionou formações complementares nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática.

De destacar ainda, a ajuda do governo brasileiro para a implementação da primeira Universidade Pública de Cabo Verde, assinado em 2005, bem como os projetos que este apoiou e apoia até hoje. Em particular com algumas IES brasileiras como a UFRGS e outras universidades que apoiam projetos como a de mobilidade acadêmica, mais concretamente o Programa de Iniciação Científica, que traz ao Brasil estudantes de diferentes áreas, para pesquisas e trocas de experiências com os estudantes brasileiros. É certo que, oportunidades destes géneros ajudarão Cabo Verde no que diz respeito a pesquisas sobre Ciência e Tecnologia. Porém, alguns estudantes do PEC-G, retratam as dificuldades ultrapassadas, principalmente nos primeiros anos do curso e da estadia no Brasil. Inicialmente marcado, pelos sentimentos de “saudades de casa” e pela solidão, embutidos nos processos de adaptação e estranhamentos.

Muitos, ressaltam a questão do racismo (pela cor da pele e por ser de fora) que eles sentiram. Entretanto, alguns não conseguem adaptar-se a vida longe de casa e dos diferentes costumes, acabam por retornar ao país de origem sem a conclusão do curso. A meu ver, tudo isto faz parte principalmente, no que diz respeito a adaptação e ao estranhamento, afinal é um país diferente, com hábitos e costumes próprios, diferentes dos nossos. É certo, que o aprendizado e conhecimento que adquirimos, é retribuído ao país de origem.

Por conclusão, a parceria entre os dois países, neste setor tem tido benefícios e de extrema eficácia para ambos, pois, as ações desenvolvidas e praticadas têm cumpridas as metas traçadas. A minha crítica, se embasa no fato de que os estudantes ao chegarem no Brasil, não têm alguém enviado pela IES, para os receber, a não ser os outros estudantes que na maioria das vezes pertencem aos mesmos países e que próprio aluno o procura para auxiliar nos vários processos burocráticos, e na instalação que se depara na sua chegada.

SITES CONSULTADOS

- ALVES, L; A internacionalização do ensino superior em Cabo Verde e sua importância em seu desenvolvimento; Millennium 11, 1998.
- AMARAL, Ilídio do; Ler Cabo Verde: Notas e reflexões;
- CASTRO, Therezinha de; A África no Brasil e o Brasil na África e Relações Internacionais; Biblioteca da Exército Editora; Publicação 510, volume 189.
- DO PAIGC ao PAICV; Documentos, Gráfica Europam; Mira-Sintra, Mem Martins; Portugal,1981.
- FLÉRIO, Ângela, ALVES Ingrid, FERREIRA Livia, STOCK Tatiana, MOROSINI Marília; X Salão de Iniciação Científica da PUCRS, 2009.
- GARÓFALO, Gilson de Lima; PINHO, Terezinha Filgueiras: A integração económica e educacional entre Brasil e Comunidade dos Países da Língua Portuguesa,2000.
- GUSMÃO, Neusa; África e Brasil no mundo académico: diálogos cruzados; Colóquio o Saber e Poder; Focus, Unicamp, 2008.
- LIVRAMENTO, Alessandra Neves Silva: Diplomacia e Cooperação: As relações de cooperação Cabo Verde/ Brasil: o setor educação; Faculdades de Ciências Económicas UFRGS (Monografia; 2010)
- MATOS, Pedro; Política Externa do Governo Lula; 2011.
- MAZRUI, Ali; WONDI, C; História Geral da África: África desde 1935, volume III, e África Antiga; Cortez Editora; UNESCO.
- MAGALHÃES, Thais; A Cooperação Técnica entre Países em desenvolvimento na Política Externa do Governo “Lula” (2003-2006).
- MILANINI, Carlos; DROULERS Martine: Desenvolvimento Local e Turismo em Tarrafal (Cabo Verde); Lições metodológicas a partir de uma experiência local, UNESCO, 2002, Paris.
- PEREIRA. A, Daniel: Das Relações Históricas entre Brasil/ Cabo Verde, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- PENHA, Eli Alves: Relações Brasil e África: os avatares da cooperação do Sul Atlântica; UERJ; IBGE; ESG
- SANTOS, Maria Emília Madeira; ALBURQUERQUE, Luís de: História Geral de Cabo Verde; Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga: Instituto Nacional de Investigação cultural – Praia; Instituto de investigação científica Tropical - Lisboa; Volume I e II.
- RIBEIRO, Cláudio; Política Externa do Governo Lula (2003-2006); Tempo social, revista de Sociologia da USP, 2009.
- VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro; Temas e Regiões nas Políticas Externas de Lula e Fernando Henrique Cardoso: comparação do discurso dos dois presidentes; Revista Brasileira de Política Internacional, 2011.
- VIZENTINI, Paulo; RIBEIRO, Luíz; PEREIRA, Analúcia; Breve História da África; Porto Alegre, Ed. Leitura XXI, 2007.

VIZENTINI, Paulo; A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010); Temas do novo século 11, ed. Leitura XXI, 2010.

SITES CONSULTADOS

www.gpeari.min-financas.pt acesso em 23/07/12

www.comciência.br acesso em 23/08/12

www.red.unb.br acesso em 27/08/12

www.ibri-rbpi.org acesso em 05/09/12

www.guiadecaboverde.cv acesso em 20/09/12

www.governo.cv acesso em 05/10/12

www.ine.cv acesso em 05/10/12

www.itamaraty.gov.br acesso em 07/10/12

www.abc.gov.br acesso em 12/10/12

www.memoria-africa.ua.pt acesso em 20/10/12

www.asemanaonline.sapo.cv acesso em 1/11/12 e 10/01/12

www.docstoc.com acesso em 05/11/12

www.sapo.cv acesso em 12/11/12

www.miniedu.gov.cv acesso em 17/11/12

www.scielo.br acesso em 20/11/12

www.unicv.edu.cv acesso em 20/11/12

www.cebri.com.br acesso em 21/11/12

www.portaldalinguaportuguesa.org acesso em 25/11/12

www.dce.gov.br acesso em 28/11/12